

AS TEIAS E AS GLÓRIAS: OS ARQUIVOS DO IHGSC E DA ACL SOB UMA PERSPECTIVA PROSOPOGRÁFICA

Karla Simone Willemann Schutz

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História – UDESC. Bolsista Capes.

E-mail: karlawschutz@gmail.com

Resumo: O presente artigo volta-se para a documentação presente nas pastas pessoais armazenadas nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras no sentido de pensá-las como evidências tanto das redes de sociabilidade a ela subjacentes quanto de um processo de arquivamento que é também promotor da construção de determinadas representações acerca de seus titulares no tempo presente. Os documentos nestas pastas salvaguardados indicam, de certa forma, a existência de padrões de relações e atividades de alguns dos homens membros de ambas as instituições. Nesse sentido, entra em cena o método prosopográfico, indicando que os percursos individuais desses personagens quando pensados em conjunto, e em relação à reunião de indícios presentes nestas pastas pessoais, apontam para a tentativa de perpetuar uma memória positiva destes, seus feitos, suas inúmeras produções, seus diplomas, seus prêmios. A miríade documental encontrada nestes arquivos parece, ainda, criar uma narrativa quase ausente de conflitos e contradições e, desta forma, forja para esses personagens uma imagem idealizada e edificante, a qual tanto as instituições que abrigam estes indícios quanto aqueles que realizaram este arquivamento parecem desejar legar para a posteridade.

Palavras-chave: Arquivos. Academia Catarinense de Letras. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. História do Tempo Presente. Prosopografia.

THE WEBS AND THE GLORIES: THE IHGSC E ACL ARCHIVES UNDER A PROSOPOGRAPHIC PERSPECTIVE

Abstract: *The present article turns to the documentation present in the personal folders stored in the archives of the Historical and Geographical Institute of Santa Catarina and Catarinense Academy of Letters in the sense of thinking them as evidences of both the networks of sociability that underlie it and of a process of archiving that is also the promoter of the construction of certain representations about its holders. The documents in these folders guarded indicate, to a certain extent, the existence of relationship and activities patterns between some of the men members of both institutions. In this sense, the prosopographic method comes on the scene, indicating that the individual paths of these characters when thought together and in relation to the gathering of clues present in these personal folders, point to the attempt to perpetuate a positive memory of these men, their accomplishments, their innumerable productions, your diplomas and your awards. The myriad of documents found in these archives therefore seems to create a narrative almost absent of conflicts and contradictions and, in this way, forges for these characters an idealized image that both institutions that harbor these sorces and those who have carried out this archiving, wish to leave to the posterity.*

Keywords: *Personal archives. Catarinense Academy of Letters. Historical and Geographical Institute of Santa Catarina. History of Present Time. Prosopography.*



1 INTRODUÇÃO

Ao longo das três últimas décadas é visível a crescente preocupação de inúmeros pesquisadores, em especial historiadores, em pensar as trajetórias e os processos de formação dos arquivos, os quais, durante muito tempo, foram apenas corriqueiros lugares de consulta e para onde, ávidos por “se alimentar da carne humana” que neles deixa seus vestígios, “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54), então tais investigadores se lançavam. Os arquivos parecem ser espaços tão “naturalizados” pelo fazer historiográfico que as trajetórias, os processos que os formam e as suas próprias

condições de existência, em grande medida, passam longe dos questionamentos que permeiam as investigações que deles se servem. Ainda correspondem a uma minoria aqueles que promovem em seus trabalhos de pesquisa uma reflexão sobre os possíveis caminhos percorridos pelos lugares que abrigam os vestígios que são seus objetos de análise. A documentação aos arquivos pertencente não é mera fonte de informação, cada conjunto documental carrega ordenações e funcionalidades que não foram intencionalmente produzidas para satisfazer os anseios do pesquisador.

É a partir desta visão acerca dos arquivos que o presente artigo pretende analisar qual(is) a(s) narrativa(s) produzidas por dois conjuntos documentais que, apesar de pertencerem a instituições diferentes, parecem estar submetidos a uma mesma lógica de arquivamento e salvaguarda. Referentes a grupos de intelectuais que pertenciam a uma mesma época e região, tais indícios falam também sobre um grupo específico do ambiente político e intelectual do estado de Santa Catarina e, portanto, de suas relações e ações no espaço catarinense, questão que permite lançar sobre essa documentação também um olhar prosopográfico. Ou seja, o objetivo do presente artigo também foi interrogar tais documentos, buscando evidenciar a partir deles algumas características comuns do grupo de homens aqui investigados e compreender quais as suas possíveis dinâmicas internas e suas interações com o resto do espaço social, em especial com o mundo político. No entanto, é importante salientar que existe, mesmo que tímida, uma presença feminina entre os associados (as) e acadêmicos (as) de ambas as instituições.

Os caminhos metodológicos seguidos, portanto, levaram em consideração que os arquivos são constituídos por diversos fragmentos de memórias, experiências, mas também de esquecimentos e lacunas. Eles trazem em si muito mais do que a documentação que os compõem. Em cada conjunto documental podem ser observadas “ordens”, “funções” e diferentes temporalidades. Logo, não causa espanto perceber que tal questão também perpassa as atividades seletivas realizadas por aqueles que, em diferentes tempos, produziram práticas de arquivamento junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC e à Academia Catarinense de Letras – ACL.

Agregadas à variada documentação abrigada pelo IHGSC e pela ACL, estão disponíveis aos pesquisadores diversas pastas que salvaguardam documentações relativas aos integrantes do Instituto e da Academia. Cada membro vinculado a essas instituições possui uma “pasta” na qual estão acondicionados vestígios referentes principalmente à sua trajetória profissional, dentre eles convites para eventos ou lançamentos de livros, recortes de jornal, fotografias, telegramas, revistas, pequenas publicações em forma de livro, cópias e rascunhos de discursos proferidos pelo titulares desses conjuntos documentais, cópias de e-mails, bilhetes etc. Foi a partir desse diagnóstico e da seleção de algumas destas “pastas” que o presente trabalho lançou um olhar etnográfico (HEYMANN, 2013) e prosopográfico sobre essas evidências tentando compreender as narrativas que elas poderiam compor.

Criadas e conservadas no Instituto e na Academia, essas compilações parecem ter um papel de “testemunhos” bem como parecem fazer parte de um projeto institucional que busca “interditar” o esquecimento e até mesmo “forjar a glória” de seus membros. Além disso, esta miríade documental, composta de indícios catalogados e inventariados em diversas tipologias e suportes, permite delinear pequenas biografias coletivas dos diversos grupos, ligados a diferentes épocas, movimentos intelectuais e políticos que orbitaram os espaços de ambas as instituições. Aqui, em especial, foram selecionadas as pastas referentes a intelectuais que atuaram no espaço político, administrativo e educacional catarinense entre as décadas de 1940 e 2000¹. Nesta documentação, utilizando o método prosopográfico, foi possível identificar algumas características comuns – mais permanentes que transitórias – deste círculo em dado período histórico. Em especial, foram assinaladas aquelas características que parecem se referir aos mecanismos de recrutamento, seleção e (re)produção social que caracterizaram as trajetórias e estratégias de carreira desses intelectuais. Foi possível perceber, conseqüentemente, que esses elementos vão ao encontro da própria narrativa que acerca deles é construída por meio dos vestígios armazenados nos arquivos de ambas as instituições.

Os nomes aqui escolhidos foram reunidos em função dos seus contatos com um intelectual específico: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. O estudo sobre essas trajetórias se justifica pois, da mesma forma que Corrêa, tais homens participavam do cenário político catarinense e influíam como “vozes autorizadas” nas decisões governamentais em relação à cultura e à educação no estado. Pensar sobre as suas trajetórias é também pensar sobre as narrativas que produziam, as quais reverberavam para além dos muros da universidade ou destas instituições (IHGSC e ACL). Assim, emergiu o interesse em investigar esses conjuntos documentais, que se direcionam para os percursos seguidos por esses homens e ajudam a delinear os caminhos coincidentes que ressoaram na carreira intelectual de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, de forma que pode-se considerar que definir esse perfil em comum leva a entender a biografia de Corrêa, a qual, em última instância, “concentraria as características de um grupo.” (LEVI, 2006, p. 175)

Nesse sentido, vale ressaltar que o presente trabalho se constitui um desdobramento da pesquisa de doutorado em andamento “*Um historiador entre-lugares: a historiografia catarinense e a trajetória do professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2016)*”. No entanto, diferentemente da tese, onde o objetivo é pesquisar os percursos profissionais e historiográficos seguidos pelo historiador e professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, aqui o intuito – para além da compreensão da dinâmica interna deste grupo – foi pensar a constituição de dois dos arquivos onde está sendo realizada parte da pesquisa e dos “perfis” intelectuais passíveis de serem

¹ Tal recorte temporal foi estabelecido a partir da análise das próprias fontes e levou em conta o período a que se referem os documentos consultados em ambas as instituições.

neles percebidos. A tentativa de observar tais compilações documentais, portanto, se coloca como um movimento relevante, pois busca situar o lugar de onde são extraídos os “testemunhos de um passado”, a partir do que afirma Heymann (2013, p. 72):

Iluminar o caráter construído dos arquivos institucionais ou pessoais, investir na sua historicidade, não equivale negar sua legitimidade, mas a examinar as práticas e os discursos por meio dos quais o “monumento”, o arquivo-fonte, encobre o “fragmento”, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituíram concretamente estes conjuntos documentais. Trata-se de uma chave para o uso crítico destas fontes.

A partir desse ponto de vista, vale ressaltar que os conjuntos documentais relacionados a personagens específicos e portadores de uma dimensão biográfica, ou seja, aqui entendidos como arquivos pessoais, passam a ser pauta e objeto de maiores e mais profundas reflexões a partir da década de 1990, acompanhando, por sua vez, a emergência de novas correntes e temas de pesquisa que da mesma forma passam a ganhar força no cenário acadêmico (HEYMANN, 2012). Entre essas novas pautas, destaca-se a questão da memória, que ganha já na década de 1980 um espaço relevante, sobretudo nas discussões que tangenciam a sua relação com a história e como na sociedade ocidental esse relacionamento vem sofrendo alterações ao longo do século XX.

Dentre aqueles que se lançaram ao desafio de pensar o papel da memória e as suas relações com a temporalidade está o alemão Andreas Huyssen, que em seu livro *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, práticas da memória* (2014) lança diversas discussões fundamentais à própria prática historiográfica mesmo que a obra não se limite a abordar estas questões. As análises de Huyssen são um convite – em especial àqueles que estão envolvidos na escrita da História do Tempo Presente – a problematizar o desenvolvimento de políticas de memória em mundo “globalizado”, relações com a memória que envolvem inúmeras imbricações no presente entre temporalidades e espacialidades, entre o global e o local, e, claro, entre passado, presente e futuro (e também seus passados e futuros alternativos). Nessa complexa relação entre as três dimensões temporais, Huyssen identifica que se desenrola ao longo do século XX um deslocamento de importância do que ele denomina “futuros presentes” – ou seja, uma crença positiva da modernidade num futuro de possibilidades e “evolução” – para os “passados presentes”, os quais ganham força, em especial após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, quando o futuro não é mais portador da ideia de uma progressiva evolução da humanidade, mas se torna incerto e pode trazer consigo a “catástrofe”.

Nessa mesma toada, e pensando os arquivos como problemáticas da História do Tempo Presente, outro ponto que pode ser colocado se refere justamente à questão da “interdição do

esquecimento”. A partir do diagnóstico sugerido pelo historiador Pierre Nora (1993) – ainda na década de 1980 – de que vivemos no tempo presente um processo de aceleração da história, é possível perceber uma sintomática mudança nos procedimentos de guarda e seleção, seja no espaço íntimo, seja no espaço institucional. Por conseguinte, tais modificações nas “práticas do guardar” acabaram por trazer à tona novas estruturas e procedimentos de pesquisa, sendo um exemplo candente a digitalização documental. Igualmente nesse contexto, mais uma vez, Andreas Huyssen (2000) indica que vivemos na contemporaneidade um processo de crescimento de uma consciência preservacionista e de “obsessão” pela memória, situação advinda, principalmente, de uma ampliação do universo temático de pesquisas e também do conjunto de fontes e documentos objetos desses estudos. Sendo assim, é notável que tenham emergido nos últimos anos, por conta da variedade e do volume daquilo que pode ser encontrado em arquivos pessoais e institucionais, outras demandas nos tratamentos metodológicos e teóricos envolvidos na investigação arquivística. Nesse panorama, os arquivos também são pauta e nos permitem pensar esses “passados presentes”.

Todavia, dada a complexidade e contemporaneidade destas discussões, muitos são também os nortes e as referências teórico-metodológicas, contextos que acabam gerando visões diferenciadas acerca de que olhar nós, historiadoras e historiadores, devemos/podemos lançar aos arquivos. Ao tangenciar estas diferentes perspectivas, em especial aquela que busca delinear os contornos do que seriam arquivos pessoais ou institucionais, toma-se como exemplos os textos de Luciana Heymann (2012) e Ana Maria de Almeida Camargo (2009), os quais permitem levantar questões que corroboram esta indeterminação. No caso, destaca-se no texto de Heymann – *Os arquivos em questão: novas abordagens, antigas tradições*, encontrado no livro *O lugar dos arquivos: a construção do legado de Darcy Ribeiro*, uma sutil crítica à afirmação de Camargo em relação ao tratamento a ser direcionado aos arquivos pessoais. De acordo com Camargo (2009), a partir do momento em que os arquivos pessoais são entendidos também como “arquivos”, estes devem ser observados a partir de uma perspectiva “funcional”, princípio herdado da arquivologia que leva em conta, no momento da classificação documental, as funções exercidas pelas entidades produtoras do arquivo. Ou seja, os documentos devem sempre estar conectados ao contexto em que foram produzidos. Tal visão Heymann questiona em parte, pois muito da documentação encontrada dentro destes conjuntos não tem fácil identificação e, portanto, recusa o tipo de abordagem sugerida por Camargo. Ainda segundo Heymann, Camargo não consegue solucionar tal problemática, deixando então uma brecha nessa reflexão.

No entanto, é difícil negar que essa visão “funcional” não seja importante, mesmo que, às vezes, seja difícil de ser executada. Ao iniciar a pesquisa documental é preciso que se conheça, da melhor maneira possível, a trajetória do documento que pode se tornar fonte de um trabalho historiográfico. Nenhum documento é neutro, e nele, na sua presença, ou quem sabe ausência, também estão as marcas daqueles que o produziram ou salvaguardaram, seja este objeto encontrado em um arquivo institucional ou pessoal. A questão dos arquivos pessoais aqui é cara, pois os objetos selecionados para análise integram um conjunto de fontes referentes a personagens específicos, mesmo fazendo parte de uma acumulação documental institucional.

Mas de que forma uma reflexão acerca do arquivo como um todo pode auxiliar na compreensão de um conjunto documental em especial? Como coloca Ana Maria de Almeida Camargo (1998, p. 170):

Ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem. Para além do suporte, do formato e do conteúdo, passíveis da modalidade de identificação típica da biblioteconomia, importa conhecer o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência.

Logo, antes de interrogar a documentação de forma individual, pode ser pertinente também que o pesquisador se pergunte se ela é parte de um conjunto maior de fontes, por quem foi produzida, se integra um arquivo institucional ou pessoal (mesmo que às vezes as fronteiras entre essas categorias sejam tênues). Dentro desse último questionamento ainda poderiam emergir indagações como: de que forma se configura a entidade/pessoa que arquivou/arquivou este conjunto? Que tipo de práticas/atividades este espaço desenvolve? Além de salvaguardar, aquele que salvaguarda também é o produtor desta documentação? Qual a trajetória deste espaço e desta documentação? Sendo assim, dentro deste panorama, antes de pensar o que cada documento em si pode informar – como as redes intelectuais aqui mapeadas –, é possível refletir também sobre o lugar onde ele está abrigado e sobre a própria “pasta” na qual este pode ser encontrado. Questões significativas, mas, primeiro, lancemo-nos às redes...

2 NARRATIVAS PARTILHADAS: DELINEANDO UM PERFIL EM COMUM

Como termo, a prosopografia emerge em meados do século XVI, momento a partir do qual, como método, a sua utilização foi disseminada entre pesquisadores que se lançavam a historiar principalmente períodos da História Antiga e Medieval. Tal cenário sofre um processo de modificação sobretudo a partir da década de 1970, quando a metodologia passa a interessar também para a abordagem da História Moderna, Contemporânea e, aqui em especial, da História do Tempo Presente. Partindo de uma premissa simples, o método prosopográfico busca interpretar e elaborar o

perfil de uma determinada população a partir de certos critérios como: origens sociais, faixa etária, trajetórias educacionais e profissionais, local de nascimento e vida e contexto familiar.

Tal movimento metodológico, por sua vez, permite assim esboçar um retrato social das dinâmicas subjacentes aos grupos investigados, dinâmicas que invadem tanto o espaço público quanto o espaço privado dos mais diversos ambientes sociais, culturais ou políticos. A partir das palavras de Lawrence Stone, historiador inglês e um dos principais responsáveis pela disseminação do método a partir da década de 1970, a prosopografia se constitui basicamente como “a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115).

Como já colocado anteriormente, as reflexões aqui apresentadas tomam como objeto as “pastas pessoais” encontradas no IHGSC e na ACL. Tais pastas se constituem dossiês – de tamanhos variados – compostos por uma fragmentada profusão de papéis e mídias, algumas até mesmo quase obsoletas, tais como disquetes e CDs. Trata-se de uma multiplicidade de documentação, característica relevante que torna possível, inclusive, diferenciar as conjunturas em que se formam os arquivos institucionais e os arquivos de caráter pessoal e aquilo que a eles estará integrado.

Por conseguinte, as perguntas que foram lançadas sobre estes objetos – que fazem parte de um conjunto documental mais amplo disponível à consulta no IHGSC e na ACL – tiveram como objetivo observá-los a partir de dois ângulos: um olhar com base em uma perspectiva prosopográfica, ou seja, objetivando delinear um perfil do grupo ao qual se referem esses indícios; e um olhar a partir de uma perspectiva etnográfica, quer seja, buscando “deslocar a atenção dos documentos para os processos de constituição desses acervos” (HEYMANN, 2013, p.67). Tendo como norte esses “olhares”, foram levados em conta os contextos nos quais estes arquivos estão inseridos: de um lado os contextos socio-históricos mais abrangentes e de outro os contextos arquivísticos nos quais são salvaguardados.

Vale ressaltar que esta maneira diferenciada de olhar os processos de acumulação e instituição de arquivos institucionais e pessoais não entende tais conjuntos documentais como “entidades”, mas objetiva compreender de que forma eles podem se tornar estas “entidades”. Dessa maneira, as perguntas que são colocadas buscam os atributos, os contornos e a localização destes objetos. Ou seja, tais questionamentos procuram dar conta da sua historicidade.

Em relação à prosopografia, pontua-se que, assim como diversas outras metodologias, é preciso atentar para algumas questões que podem induzir os trabalhos que dela se utilizam a interpretações muito parciais ou rasas acerca dos grupos estudados. Essa posição se deve, em grande medida, à tipologia das fontes utilizadas, às características — arbitrariamente e conscientemente — definidas pelo pesquisador e à posição social dos grupos elegidos, normalmente

vindos das camadas mais “abastadas” da sociedade. Logo, como também alerta Stone (2011), é necessário que o historiador não confunda o método com os “seus fins” e que ele, ao adotar a prosopografia, compreenda que está examinando apenas uma fração da sociedade. No entanto, ao mesmo tempo que se refere à apenas um recorte, essa parcela se insere num âmbito maior das relações que se estabelecem em um conjunto social, questão que, desse modo, torna-se relevante ao se lançar mão da investigação dessas trajetórias individuais que sempre convergem para um panorama coletivo e são dele sua representação. Corroborando a perspectiva de Stone, Jean-François Sirinelli (1996) reitera a relevância do método na tentativa de pensar esses agrupamentos intelectuais, o qual proporcionaria a possibilidade de observar confluências de gerações, itinerários e sociabilidades que fazem parte do espaço de ação de determinados indivíduos que ora estão próximos, ora se afastam, como consequência das batalhas que travam dentro dos campos intelectuais.

Tomando tais premissas como guias, o mapeamento destes agentes foi operado a partir das obras editadas por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa bem como a partir outras publicações de autoria e/ou organização de outros intelectuais, nas quais ele, Corrêa, aparece como interlocutor, seja na elaboração de um capítulo, de uma apresentação, de um prefácio ou de uma “orelha” de livro. Tal opção metodológica se deu por conta do entendimento de que os processos de edição e publicação de obras se constituem movimentos nos quais é possível entrever as redes de sociabilidade e grupos a eles subjacentes. Esse processo, como aponta Olegário (2017), pode ser desgastante devido à diversidade de fontes que podem ser consultadas. Nesse sentido, com intuito de demarcar e investigar as questões elocubradas pela pesquisa, a trama que conduziu o desenvolvimento da investigação foi primordialmente nominal.

Isso posto, evidencia-se que ao longo do mapeamento alguns nomes específicos foram emergindo no cenário de ligações intelectuais referente à Corrêa, bem como determinados laços foram se manifestando de maneira mais contundente. Assim foi caracterizado o grupo ao qual lançou-se uma mirada prosopográfica. Tais trajetórias foram, por conseguinte, observadas tomando alguns critérios como fios condutores, quais sejam: data e local de nascimento, formação escolar e universitária, local de residência e atividade profissional. Esses elementos foram abordados quantitativamente, mas, principalmente, qualitativamente, dada a amostra relativamente restrita que foi observada (onze intelectuais). Em tal processo, os seguintes nomes foram definidos: Celestino Sachet, Iaponan Soares de Araújo, Jaldyr Bhering Faustino da Silva, Jali Meirinho, Oswaldo Rodrigues Cabral, Paulo Fernando de Araújo Lago, Silvio Coelho dos Santos, Theobaldo da Costa Jamundá, Victor Antonio Peluso Júnior, Walter Fernando Piazza e, claro, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.

Por sua vez, no detalhamento do grupo acima apontado, os principais documentos consultados – todos salvaguardados nessas pastas pessoais – foram os seguintes: fichas de cadastro, apresentações de autores, prefácios, pós-fácios, memórias, “orelhas” de livros, perfis individuais publicados nas revistas de ambas as instituições, além de correspondência trocada entre esses personagens. Um conjunto de indícios que é comumente utilizado na produção dessas biografias coletivas, dada a grande quantidade de informações biográficas que ficam acessíveis ao pesquisador, como bem destaca Sérgio de Souza Montalvão (2017, p.28) em seu artigo *Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955)*. Tal artigo apresenta uma reflexão prosopográfica muito similar à aquela aqui realizada, algo que aponta, mais uma vez, para a relevância deste tipo de metodologia, bem como, para a pertinência do material salvaguardado no IHGSC e ACL para tal fim.

Em relação ao primeiro dos critérios analisados, o local de nascimento, dos onze homens aqui apresentados, somente quatro não nasceram em Santa Catarina: Iaponan Soares de Araujo, Jaldyr Behring Faustino da Silva, Paulo Fernando de Araujo Lago e Theobaldo da Costa Jamundá. No entanto, dentre esses, destaca-se que Faustino da Silva, apesar de nascido na cidade do Rio de Janeiro, tinha pais catarinenses, tendo seu pai, inclusive, sido Juiz de Direito na cidade de Laguna. Os outros, por sua vez, teriam chegado ao estado em função de sua trajetória profissional: Soares de Araújo por conta das suas atribuições como funcionário público do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, Jamundá como soldado do 32º Batalhão de soldados que se instalou na cidade de Blumenau (cidade onde se tornaria diretor da Escola Agrícola e posteriormente inspetor escolar a convite do então prefeito José Ferreira da Silva) e Araújo Lago como professor convidado a lecionar na Faculdade Catarinense de Filosofia.

Nesse processo, o critério relacionado ao ano de nascimento foi mantido apesar da grande diferença de idade entre alguns desses homens, pois acreditou-se que essa sobreposição de gerações – a partir de uma perspectiva exclusivamente “etária” – pode ser uma ferramenta na busca por entender esses laços e as relações horizontais e verticais estabelecidas entre os integrantes dessa rede. Logo, foram postos em destaque aqueles elementos que se relacionam às trajetórias profissionais desses autores, trajetórias que quando colocadas lado a lado sugerem a justaposição também de “tempos profissionais”. Como exemplo, pode-se trazer a ideia de que alguns desses personagens se relacionaram e construíram seus elos a partir de uma relação verticalizada, como aquela constituída entre professor-aluno, mas que ao longo do tempo foi se encaminhando na direção de um relacionamento horizontal, quando alguns destes passam a ocupar um mesmo espaço profissional, situação que geraria uma nova temporalidade para a trama. Mesmo apresentando trajetórias minimamente variadas a partir de suas formações, parece ser no campo dos espaços institucionais, portanto dos espaços políticos, como as comissões de cultura e na participação em

projetos governamentais em comum, que esses intelectuais “apertam seus nós”. A título de exemplo dessa sobreposição de gerações, podem ser citados os nomes de Oswaldo Rodrigues Cabral (nascido em 1903) e Victor Antônio Peluso Júnior (nascido em 1909). Ambos foram professores da Faculdade Catarinense de Filosofia e responsáveis pela formação de diversos alunos, alguns dos quais se tornariam posteriormente seus confrades em instituições como a ACL e o IHGSC.

Em relação à formação escolar e universitária, primeiramente é necessário pontuar que não foram encontrados dados sobre o período de escolarização anterior ao ensino superior de todos os personagens aqui investigados. Entre os indícios localizados, no entanto, foi possível visualizar que dentre estes onze homens, dois deles: Sachet e Faustino da Silva estudaram no Ginásio Catarinense, o qual é responsável por educar grande parte da “elite” catarinense (DALLABRIDA, 2008); Piazza teve sua formação inicial em instituições escolares da cidade do Rio de Janeiro (Colégio Santa Cecília, Grupo Escolar Pereira Passos e Curso Victor) e atendeu ao curso secundário no Colégio Santo Antônio, em Blumenau. Corrêa, por sua vez, estudou no Colégio Estadual Dias Velho, localizado na capital catarinense, onde concluiu os cursos “Ginásial” e “Científico”.

Na lista dos que realizaram o ensino superior fora do estado de Santa Catarina estão: Faustino da Silva (Escola de Comando Estado Maior e Universidade Federal do Paraná); Cabral (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro); Araújo Lago (Faculdade Nacional de Filosofia) e Jamundá (Escola Superior de Agronomia – MG). O resto do grupo, Corrêa (Universidade Federal de Santa Catarina); Sachet (Faculdade de Direito e Faculdade Catarinense de Filosofia); Araújo (Universidade do Estado de Santa Catarina); Meirinho (Universidade Federal de Santa Catarina); Santos (Faculdade Catarinense de Filosofia); Peluso Jr. (Instituto Politécnico de Santa Catarina e Faculdade Catarinense de Filosofia) e Piazza (Faculdade Catarinense de Filosofia), concluiu o ensino superior em Santa Catarina com foco em bacharelados e licenciaturas no campo das ciências humanas, oscilando entre as áreas do Direito, das Letras, da Pedagogia e da História e da Geografia.

O local de residência foi a categoria na qual foi identificada a maior consonância entre eles. Todos os intelectuais – com exceção de Theobaldo da Costa Jamundá que residia na cidade de Blumenau (SC) – moravam em Florianópolis, algo que parecia estar de acordo com as suas atividades profissionais, outra das variáveis observadas em relação ao grupo. Os dados profissionais advindos dessa atuação prática, eventualmente cotejadas a suas produções intelectuais, mostraram-se fundantes para entender essas trajetórias que não poderiam ser satisfatoriamente analisadas a partir somente da formação escolar e universitária, pois nem todos esses homens têm sua atividade profissional estritamente vinculada ao curso universitário no qual se formaram. Esse é o caso de Oswaldo Rodrigues Cabral que, apesar de médico por formação, foi político (deputado estadual entre 1947 e 1955) e professor universitário na Faculdade de Direito (Medicina Legal) e Faculdade Catarinense de Filosofia (Antropologia Cultural e História de Santa Catarina), o que o coloca

também vinculado ao campo da antropologia e história, e não somente ao da medicina.

Sendo assim, a pesquisa demonstrou que a maior parte da amostra é formada por professores universitários (9) e jornalistas (5). Todos estes homens, com exceção de Iaponan Soares e Theobaldo Jamundá, foram professores das duas principais universidades do estado, UFSC e UDESC, alguns deles também exercendo a mesma função em outras fundações universitárias espalhadas por Santa Catarina. Para além da docência, o jornalismo era outra atividade a qual quase metade do grupo praticava, ponto que mais uma vez converge para um perfil em comum.

Importante, nesse sentido, pontuar que estes homens exerciam estas funções concomitantemente, um dado que pode apontar para a maneira como se dava o recrutamento, seleção e (re)produção social passíveis de serem observados nas trajetórias destes intelectuais. Ainda, com exceção de Paulo Fernando Lago, todos eles tiveram cargos e funções em espaços da administração pública estadual, tais quais: Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Cultura, Fundação Catarinense de Cultura, Secretaria Estadual de Cultura e Comissão Catarinense de Folclore. Essas informações direcionam-se para uma justaposição de funções, mas principalmente para um comprometimento com projetos que estavam alinhados com os anseios do governo catarinense. Além do mais, tal questão parece se referir também às estratégias de construção do campo intelectual operadas por este grupo. Oriundas de um interesse comum, tais táticas facilitavam o recebimento de verbas e a concretização de projetos. Sendo assim, aparentemente, as condições objetivas para a produção de publicações e para a própria “sobrevivência” de instituições como o IHGSC e a ACL foi favorecida pela presença em conjunto destes homens em aparelhos da engrenagem governamental.

Em relação a estas propostas em comum, notou-se que entre os projetos que permitem costurar estes homens numa mesma trama estão aqueles que se desenvolvem, sobretudo, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Ao lançar-se um olhar mais atento a tal período é possível perceber uma movimentação por parte do governo do estado no sentido de dar apoio a estes intelectuais, os quais almejavam levar a cabo um projeto político-educacional e editorial que se espalhou por várias regiões de Santa Catarina. Tais intelectuais — alguns também políticos, caso de Oswaldo Rodrigues Cabral —, recrutados a partir de campos disciplinares diferentes, mas aparentemente participando de redes de sociabilidade política, afetiva e intelectuais comuns, atuaram em conjunto na busca pela harmonização das diferentes características culturais por eles detectadas ao longo da extensão territorial catarinense.

Ainda em relação a estas concepções e ideais compartilhados, pode-se mencionar a questão do “catarinensismo”, desenvolvida sobretudo por Theobaldo da Costa Jamundá em livro lançado em 1974. O tema tinha como compromisso promover uma reflexão que integrasse a heterogeneidade étnica e cultural do estado, forjando para o homem e para a mulher catarinenses

uma identidade própria que os diferenciava dos demais estados da federação, esforço que não era novo e, até mesmo, remetia ao pensamento que circulava pelo IHGSC já no fim do século XIX, momento em que é criada a instituição.

Para além das ideias, isto é, para entender as próprias articulações do campo intelectual e das redes que nele se estabeleciam, é necessário refletir acerca das condições sociais nas quais estes intelectuais não apenas produziram conceitos, pensamentos, memórias, mas também como se organizaram e quais os procedimentos utilizaram com o objetivo de divulgar e legitimar o que por eles foram edificado, pois, como coloca o crítico literário Stephen Greenblatt, toda “obra [...] é o produto de uma negociação entre um criador ou uma classe de criadores e as instituições e práticas da sociedade” (GREENBLATT *apud* CHARTIER, 2002, p. 91). A projeção no cenário catarinense de cada um destes intelectuais parece não advir somente do valor de suas obras “em si”, mas também das suas práticas e escolhas profissionais e dos processos de reorganização e deslocamentos no interior do campo intelectual. Inclusive, pode-se pensar que os valores diferentes atribuídos a cada uma das obras por eles produzidas em diferentes tempos podem estar conectados aos próprios posicionamentos e redes de contatos e de trabalho estabelecidas.

Aqui, tentou-se delinear alguns dos traços constituintes de um grupo específico, vinculado tanto ao IHGSC quanto à ACL. Notou-se ao longo desse percurso, como coloca Libânia Nassif Xavier (2016, p. 467), que o perfil em comum destes homens estava assentado sobretudo na “intervenção político-administrativa [...], além de envolver intervenções sobre uma ampla esfera da vida pública que ia da educação escolar ao desenvolvimento da pesquisa científica”. Os dados aqui levantados indicam que os caminhos destes homens se cruzavam em diversos espaços do estado e, especialmente, da capital catarinense, local de residência de dez dos onze homens aqui investigados. Nesse trânsito, notou-se que suas trajetórias se entrelaçavam nas esferas mais intimamente ligadas ao poder político, como secretarias do Estado e comissões culturais que eram também nomeadas/indicadas pelo poder executivo e legislativo, mas também nos espaços universitários do estado, em especial da Universidade de Santa Catarina – UDESC, criada a partir do Decreto Estadual n. 2.802, de 20 de maio de 1965, à época nomeada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, onde a aproximação com áreas das ciências humanas foi flagrante. Sendo assim, o método prosopográfico se mostrou relevante na tentativa de detalhar, em um conjunto de trajetórias individuais, os nós que atavam estas redes e criaram possibilidades de ações coletivas (STONE, 2011).

3 A TRAJETÓRIA DOS ARQUIVOS E SUAS REDES

Pensando especificamente sobre os espaços onde estão depositados os dossiês (as pastas), isto é, o IHGSC e a ACL, que também são o foco da presente reflexão, pode-se dizer que eles nos

oferecem um misto de categorias. Estão armazenadas nestas pastas uma miscelânea de documentação tanto de caráter institucional quanto de caráter pessoal. Apesar de estes dossiês estarem ligados a figuras específicas, as quais provavelmente também operaram na construção desse conjunto, são percebidos traços nítidos da interferência de terceiros neste arquivamento – situação possível de conjecturar pois estão depositados nestes dossiês documentos de datas posteriores à morte de seus titulares. Além disso, o lugar de onde emerge este processo de arquivamento não é um espaço que está exclusivamente voltado à figura destes titulares, ou seja, não se trata de um arquivo que visa preservar somente a memória destes homens aqui selecionados, mas se trata de um lugar destinado à pesquisa historiográfica, onde a prática de criar “pastas pessoais” é comum e acontece com a maioria daqueles e daquelas que foram, ou ainda são, associados ao IHGSC e à ACL.

Tal prática de arquivamento, por sua vez, sugere que a acumulação está marcada pela projeção de um “devir histórico” e por uma tentativa de “monumentalização” destes personagens ligados ao Instituto e à Academia, já que estes espaços, especialmente o IHGSC, tem como um de seus objetivos principais o acesso a pesquisadores. Sendo assim, é importante ter atenção ao trabalho seletivo realizado por aqueles que em diferentes temporalidades produziram este arquivamento. Estas “pastas” parecem fazer as vezes de “testemunhos” e, também, parecem ser parte de um projeto institucional que busca “interditar” o esquecimento da atuação de seus membros, ainda que a organização e situação de conservação destas pastas seja bastante questionável, apesar da atual preocupação com a digitalização de toda a documentação. No caso aqui abordado são observadas evidências que apontam para a participação de arquivistas, secretários e outros funcionários destas instituições bem como de familiares e amigos nesse processo de arquivamento. São outros agentes que, portanto, “alimentam” estas pastas e realizam assim um processo de seleção.

Já ao observar os indícios presentes nestes dossiês, é possível notar a ausência de documentos referentes a “fracassos” ou “polêmicas” envolvendo seus titulares, principalmente quando os materiais coletados são recortes de jornais, que vão desde contribuições destes associados do Instituto e da Academia a partir de consultoria técnica (vinculada à História ou à Geografia) à anúncios de participações em eventos, lançamentos de publicações e recebimento de homenagens nos mais diversos locais de Santa Catarina, Brasil e ao redor do mundo. No caso específico das pastas dos intelectuais aqui observados, foram encontradas inúmeras referências a homenagens que

foram a eles oferecidas em países como Espanha, Portugal, Bolívia e Uruguai.

A configuração destas pastas, por conseguinte, leva-nos a pensar sobre aquilo que nelas não está, a partir do que sugere o filósofo Jacques Derrida (2001), de que não existe arquivamento sem o poder de selecionar, excluir ou destruir. Para tudo que é conservado há algo que é excluído, e o poder de excluir é um poder político que envolve também um processo de legitimação. Ativo ou passivo, o esquecimento faz parte do arquivo, também é sua parte (des)constituente, e nessa amnésia não somente o passado está em pauta, mas também o amanhã, ou seja, o destino daquilo que ficará para a posteridade. Sendo assim, compreende-se que “os arquivos têm o poder de privilegiar e marginalizar. Eles podem ser uma ferramenta de hegemonia; eles podem ser uma ferramenta de resistência. [...] Esses espaços são o lócus onde o presente tem o poder de controlar o que o futuro conhecerá do passado.” (COOK; SCHWARTZ, 2002, p. 13, tradução minha).

Tomando emprestados os pensamentos de Derrida, Cook e Schwartz, afirma-se, portanto, que o arquivo também pode ser um lugar estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, nos quais podem ser visualizadas a construção de valores e identidades, pois estes são portadores de significados advindos de determinados conflitos ou convergências de interesses. Sendo assim, entende-se que tal caráter social do arquivo está também ligado ao trabalho dos agentes que operam o arquivamento e das instituições as quais eles estão vinculados.

Quando interrogadas, as pessoas envolvidas na coleta, preservação e organização do acervo do IHGSC e da ACL pouco tiveram a dizer. Em linhas gerais, essa prática foi descrita com naturalidade. Não se sabe ao certo por instrução de quem, desde quando, por que ela é realizada e como deveria ser realizada. Em algumas pastas foram encontradas fichas catalográficas datadas do início da década de 1970, que pareciam tentar dar conta de uma organização destes dossiês e que podem ser indícios de quando esta prática foi instruída junto aos funcionários e membros das instituições. Além disso, tais funcionárias responsáveis pela organização relataram que os próprios sócios também são responsáveis pelo processo de acumulação, trazendo a própria documentação para integrar seus dossiês, informação que indica um movimento em direção à fabricar uma narrativa individual bem-sucedida, de glórias e feitos. Para além da disponibilização de consulta a pesquisadores, nenhum outro uso institucional foi mencionado por essas funcionárias. No entanto, a documentação ali reunida aparenta também ser útil a um uso “necrológico”, ou seja, uma utilização que permitirá (re)contar essas vidas na posteridade.

No que tange à reflexão acerca daquilo que os documentos contêm ou “dizem”, outras

perguntas são passíveis de serem feitas, sem que se perca de vista os lugares pelos quais eles possam ter transitado e aqueles que hoje os abrigam. Tendo essa concepção em mente, seria possível interrogar, por exemplo: Qual a função desses documentos quando foram criados? Qual o contexto de criação desses documentos? Por que eles foram parar nessas pastas? O que eles podem informar? Pensando a partir de uma perspectiva funcional, pode-se dizer que essa acumulação está remetida às atividades do próprio organismo que a realiza; por exemplo, se é um arquivo pessoal de professor, haverá atividades de ensino, pois a “função” será a docência. Nesse sentido, ao analisarmos cada documento individualmente, seria importante encontrar conexões dele com outros indícios documentais, já que um documento de arquivo é raramente compreensível por si só.

Em muitos dos documentos observados nestas pastas são encontrados alguns ofícios, evidências advindas de espaços da administração pública, do poder executivo de Santa Catarina e de Florianópolis, como o gabinete do governador do estado, secretarias estaduais e municipais etc. Nessa sequência, nota-se que tais ofícios parecem estar vinculados às diversas funções exercidas por alguns titulares, como de representação do IHGSC e da ACL ou de pesquisador vinculado ao IHGSC e à ACL. Sendo uma documentação advinda de um espaço da administração pública, percebe-se que ela se origina em contexto extremamente burocrático, com todas as “numerações”, “carimbos” e elementos importantes para o controle e “autenticação” deste e de outros documentos da mesma natureza produzidos neste cenário. Contudo, como estes documentos estão muito fragmentados e dispersos, fica difícil definir a motivação de sua criação e por que eles se encontram junto a estes dossiês, pois, como já colocado anteriormente, as funções e atividades são definidas a partir do exame do conjunto dos documentos de arquivo.

Mas, a pergunta persiste: por que estes documentos podem ser encontrados nestas pastas? A partir das outras evidências acima descritas, pode-se supor que a conservação desta documentação remete mais uma vez à conjuntura já mencionada anteriormente, que parece indicar um desejo por parte do IHGSC e da ACL de interditar o “esquecimento” de seus membros e, por consequência, impedir a ausência futura de “testemunhos” acerca destas trajetórias, além de construir, por meio destas pastas, narrativas acerca de homens e mulheres que integram o grupo de sócios de ambas as instituições. É inclusive notável a presença de documentos em repetição: aqueles que podem ser encontrados na pasta referente a um associado de uma instituição são também localizados na pasta deste mesmo titular que está salvaguardada na outra instituição.

Nesse panorama, pode ser mencionada a questão de que a maioria destes personagens foram

“homens públicos”, pois ser membro do IHGSC ou da ACL não se constituía (e ainda não se constitui) a atividade principal de seus integrantes. Eles não eram necessariamente historiadores ou geógrafos de formação, pois também exerciam atividades ligadas a medicina, direito, serviço público, docência em instituições de ensino superior, política etc. Nesse sentido, é perceptível que quanto maior a projeção destes homens no espaço público e quanto mais “ativa” sua atuação junto a estes espaços, maior é o volume de documentação encontrada nesses dossiês.

Ainda neste contexto, a título de exemplo, notou-se que as pastas de sócios como Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Fernando Piazza, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Celestino Sachet, Jali Meirinho, Paulo Fernando de Araújo Lago, Silvio Coelho dos Santos e Victor Antonio Peluso Júnior contêm muitos documentos relacionados ao seu período de atuação junto à Universidade de Federal de Santa Catarina, sendo muito difícil determinar os limites entre os documentos de caráter pessoal e os arquivos das instituições nas quais eles trabalharam. Grande parte dos documentos por eles acumulados são procedentes dos arquivos dessas instituições, especialmente a UFSC.

Ainda como exemplo de tal dinâmica, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa transitou por várias instituições e cargos na cidade de Florianópolis e no estado de Santa Catarina, fora a função de presidente IHGSC. Foi diretor do Museu de Arte Moderna de Florianópolis (1963- 1969), Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina (1969-1975), Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (1975), professor titular da UFSC (1967 – 1991), além de professor em diversas outras instituições públicas e privadas, no ensino regular e universitário. Esse trânsito que aparece em sua pasta, corroborando o que diz Heymann (2012) quando se refere aos arquivos de personagens investidos de função pública. Segundo a autora, nestes espaços a produção e acumulação documental se aproxima “mais da sistemática das instituições do que da dinâmica dos gestos pessoais de arquivamento.” (HEYMANN, 2012, p.57) Misturados à documentação diversa, como recortes de jornal, esses documentos demonstram o que Heymann expressa como uma “zona de indeterminação” quanto à natureza destes arquivos de “homens públicos” – se estes seriam públicos ou privados – o que, segundo ela, animaria ainda mais o debate acerca desses objetos.

No entanto, pode-se perguntar: é a presença maior ou menor de documentos de caráter público que torna um arquivo pessoal ou público? Será que uma pessoa “ordinária” também não tem documentos “públicos” no seu arquivo pessoal? Um estudante da UFSC, por exemplo, não teria documentos emitidos por esta instituição, ou por outras instituições públicas, pelas quais de alguma

forma tenha tido contato? Tais documentos podem fazer parte deste arquivo em especial porque tal estudante se relacionou com essas instituições públicas. Por esse ângulo, é importante ressaltar que o que dá sentido ao conjunto documental é o próprio acumulador (o estudante), e não a quantidade de documentos da UFSC, ou de qualquer outra instituição com a qual ele tenha se relacionado, e que podem ser encontradas no acervo por ele salvaguardado. É, portanto, a intenção subjacente ao processo de arquivamento, ou seja, a vontade do “acumulador”, a responsável por fornecer aos arquivos suas tonalidades, institucionais ou pessoais, ou quem sabe, o misto destas categorias.

Nesse caso, é notável a associação entre a forma como esse conjunto documental é apresentado e o papel destas instituições (IHGSC e ACL) como lugares particulares, onde é salvaguardada certa tipologia documental, no qual temáticas são preteridas em favor de outras e, por consequência, certas narrativas históricas e “memórias” acerca de Santa Catarina são construídas, divulgadas e perpetuadas. Especificamente em relação ao IHGSC, como coloca a pesquisadora Janice Gonçalves (2017), parece persistir na história de atuação do Instituto, que remete ao fim do século XIX, uma preocupação especial com a preservação documental. Para aqueles primeiros associados, os documentos seriam como “solos a escavar”, com dimensão probatória que se associava ao desejo de colocar a “Pequena Pátria Catarinense” no mapa da História Nacional.

Já Maria Teresa Santos Cunha, ao estudar os arquivos pessoais de dois ilustres sócios e fundadores do Instituto, os irmãos José Arthur e Lucas Alexandre Boiteux, percebeu que para esses homens “guardar não significou esconder. Guardar consistiu em proteger documentos e papéis avulsos da corrosão temporal para melhor partilhar, de tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído [...]” (CUNHA, 2008, p.112).

Mesmo com o passar dos anos, apesar de transformações no próprio fazer historiográfico e de um processo de profissionalização dos historiadores membros do Instituto (os quais em grande maioria também eram membros da ACL), ainda se percebia na década 1980 a persistência desse desejo de preservação. Sintomática dessa permanência é a fala de Walter Piazza no primeiro encontro de arquivos catarinenses realizado em 1984. Baseado em pressupostos muito similares àqueles divulgados pelo IHGSC ao fim do século XIX e início do século XX, Piazza, no referido encontro, apresentou trabalho onde retomou “ideias-força do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, destacou a necessidade de preservação dos arquivos para melhor conhecer a história catarinense, glorificar sua terra e exaltar sua gente.” (GONÇALVES, 2006, p.138).

A partir do exposto, é possível perceber que a maneira como se configuram as pastas destes

membros não é uma iniciativa isolada ou realizada ao acaso. Remetendo, portanto, a períodos recuados, esta prática de arquivamento parece estar em consonância com as visões acerca dos arquivos, da história e da memória catarinense disseminada pelo IHGSC. Tais maneiras de pensar, por sua vez, conformam determinada narrativa histórica a ser preservada (e também aquela que pode ser esquecida). Assim como os membros atuantes em fins do século XIX e início do XX queriam colocar a história catarinense no mapa, seus sucessores parecem não querer que sua própria história se perca, que ela possa ser também localizada e celebrada neste panorama.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

A partir de tudo que aqui foi apontado, espera-se que tenha sido possível indicar alguns dos caminhos pelos quais os documentos aqui utilizados na qualidade de objetos são passíveis de serem inquiridos. Nesta análise crítica, foi priorizado, para uma reflexão a respeito de fontes pessoais, o investimento não apenas naquilo que cada documento pode informar, como mostrado a partir da utilização do método prosopográfico, mas também na forma como e onde eles são apresentados, os processos que os originam bem como aquilo que permitiu suas existências. Nesse desenvolvimento também foi importante atentar sempre à não “sacralização” do processo de acumulação, bem como estar alerta para não sacralizar a imagem dos homens que estão a estes documentos relacionados.

Em relação à prosopografia, vale por fim ressaltar que os dados levantados trouxeram a percepção de que este grupo de intelectuais estava centrado em instituições e espaços políticos da capital catarinense. Mesmo que Florianópolis não tenha sido o seu lugar de nascimento, era esta espacialidade o lugar de saída ou chegada dos projetos e discursos por estes homens produzidos. Panorama que advém, é claro, do lugar estratégico de poder configurado na capital, centro da administração pública do estado e sede de espaços institucionais como a UFSC, UDESC e o próprio IHGSC e a ACL. Sendo assim, entende-se que o perfil coletivo dos intelectuais aqui delineado é a reverberação de um panorama de relações que se abre para o estado de Santa Catarina. Suas trajetórias e até mesmo suas origens sociais similares – carregada de certo elitismo – parecem ter permitido a eles circularem por diversos espaços em comum e, conseqüentemente, atuar em projetos políticos e intelectuais em comum que se articulavam a partir da capital, mas se estendiam pelo espaço catarinense, pois estavam entre *pares*. A presença deles no aparelho estatal, portanto, parece ter facilitado o acesso a condições objetivas (sobretudo em relação a financiamentos) favoráveis a seus projetos intelectuais, tais quais realização de eventos, publicação de livros etc.

Nesse sentido, por fim, vale pontuar, a partir da afirmação de Marcela Ferrari (2010, p.251), que a prosopografia é uma metodologia pertinente para delinear estes perfis, mas que, no entanto, ela almeja “[...] Espessar tendencias más que conclusiones definitivas”.

Enfim, a busca por compreender os conjuntos de natureza pessoal, mesmo que abrigados por uma instituição não apenas como produtos “naturais” de determinadas trajetórias individuais, pode auxiliar na compreensão de outros significados subjacentes a estes arquivos, movimento que por sua vez pode produzir um avanço no trabalho de reflexão acerca de métodos e técnicas que podem amparar novas abordagens no tratamento destas “massas” documentais. Questões como os investimentos pessoais de cada titular, o desejo de promover determinada imagem perante o público, diferentes visões de mundo, processos históricos, eventos de uma história familiar e até mesmo a atuação de regimes políticos são elementos que tangenciam e se objetivam na formação dos arquivos institucionais e pessoais bem como reverberam nos usos que seus titulares ou aqueles que ficam responsáveis pela sua preservação lhe concedem. Tais questões, em suma, fornecem diferentes maneiras de compreensão dos arquivos, maneiras de pensá-los que vão além daquelas que legam aos documentos e conjuntos documentais apenas o caráter de fonte histórica. Aqui, em especial, estas questões mostraram que os discursos produzidos por estes arquivos apontam para a formação de um perfil comum destes intelectuais catarinenses.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma Abordagem Diplomática dos Arquivos Pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul./dez., 2009.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. **Archives Science**, Dordrecht, v. 2, n 1-2, p 1-19, mar. 2002.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, Pelotas (RS), v.12, n.25, p.109-130, maio-ago., 2008.

DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. **História da Educação**, Pelotas (RS), v.12, n.26, p.141-163, set./dez., 2008.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2001.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política: Algumas aproximações. **Antíteses**, Londrina, v.3, n.5, p. 529 - 550jan.-jul. 2010, p. 541.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Janice. Escavar o Chão da História: Lucas Alexandre Boiteux, o IHGSC e a Pequena Pátria Catarinense. **Revista Expedições**, Morrinhos, v. 8, n. 2, p. 49-67, mai./ago., 2017.

HEYMANN, Luciana. **O lugar dos arquivos: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: ContraCapa, FAPERJ, 2012. p. 23-85.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. *In*: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle (org.). **Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p.67-76

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MONTALVÃO, Sérgio. Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955). **História**, São Paulo, v.36, p. 1-28, 2017.

NORA, Pierre. NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

OLEGÁRIO, Thais. Aportes e limites da prosopografia para o estudo da história. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 4, n. 2, p.24-40, jul./dez., 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 1996.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun., 2011.

XAVIER, Libânia Nassif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. *In*: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.) **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-486.

Originais recebidos em: 17/11/2018
Aceito para publicação em: 22/04/2019
Publicado em: 01/07/2019